

## Vários actores à procura de um papel<sup>[\*]</sup>

J. N. Cunha Rodrigues

[\*] O texto recupera partes da intervenção produzida na sessão comemorativa do 25º Aniversário do Ministério Público do DIAP de Lisboa, levada a efeito pelo SMMP, em que abordei a questão da autonomia. Pareceu-me que a efeméride agora evocada se inscreve, de algum modo, no mesmo contexto histórico.

Costuma dizer-se que só existe perspectiva histórica quando se deixa de colocar flores no jazigo do extinto.

Não estou seguro que seja assim.

Reconheço, em qualquer caso, que, com o tempo, acontecimentos inverosímeis e situações improváveis começam a fazer sentido e a permitir a formulação de juízos.

É o que me ensinou a minha experiência de magistrado.

Tendo vivido uma dúzia de anos fora do país, pude juntar as pontas que se soltavam de uma evolução em que houve irracionalidades de monta e em que a administração da justiça se foi perigosamente aproximando de uma vulgar burocracia de Estado.

A ideia de *arquitectura social* que desenvolvi num escrito antigo parece agora uma utopia juvenil, pois o que cada vez mais se começa a esperar da justiça são trabalhos de manutenção de um edifício social em vias de desmoronamento.

O título que dei a esta intervenção (vários actores à procura de um papel) resultou de um impulso que veio do subconsciente mas teve possivelmente a ver com uma peça que esteve em cena, nesta cidade, e à qual não tive a oportunidade de assistir.

Tratava-se de um texto construído sob a forma de contos teatrais.

O jogo consistia na realização de provas de *casting*, em que três actores representavam personagens diferentes que lhes eram atribuídos em segredo. A margem de improvisação acabaria por fazer cruzar histórias de vida e influenciar cada actor pelo personagem que protagonizava.

Quando li o guião, percebi que a peça se adaptava excelentemente ao tema da minha intervenção.

Por isso, a aproveitei.

Neste caso, os actores não são três.

Diria que são quatro: o poder político, a magistratura judicial, a magistratura do Ministério Público e a polícia judiciária.

Há ainda figurantes. E também alguns “figurões”...

O que é que transparece da peça judicial?

No princípio, os actores negligenciam os seus papéis e disputam os papéis dos outros. Os palcos são improvisados. Os guiões mudam à mercê da volatilidade política. As histórias dos personagens são substituídas pelas histórias de vida dos actores. O público acha surrealista e, com o tempo, começa a abandonar a sala.

O que especificamente me inspirou nesta alusão cénica?

A investigação criminal.

Confesso que era meu propósito evitar evocações do passado, pois o que agora importa é enfrentar os desafios que se apresentam.

Mas uma efeméride implica que se revisitem tempos e lugares.

Por outro lado, pareceu-me útil que os magistrados que actualmente exercem funções no DIAP pudessem conhecer as fundações do edifício para melhor avaliarem a sua solidez.

Aqui vai, então, em forma de conto, a história do primeiro DIAP: o de Lisboa.

Como é conhecido, a justiça criminal mudou de paradigma após a segunda grande guerra.

Até então, a acção penal fora um instrumento de poder, de manutenção da ordem e de organização da moral e da estética social. Não